

Cartão-saúde magnético

Arquivo

■ Miro leva a Itamar sugestão de programa público

O presidente Itamar Franco pode implantar, a título de experiência, até o fim de seu governo, um projeto levado a ele pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), que — se o lobby dos seguros de saúde privados não for mais forte — promete revolucionar o sistema de saúde brasileiro. Trata-se do Programa de Saúde Pública, uma forma aperfeiçoada, graças à informática, dos cheques-saúde, idealizados durante o governo Sarney pelo então ministro Raphael de Almeida Magalhães — nunca implantado por conta da enorme vulnerabilidade a fraudes.

A idéia, levada há duas semanas pelo deputado em audiência com o presidente, é fazer com que a população possa ter atendimento ambulatorial com qualquer médico previamente cadastrado no programa. Cada contribuinte terá um cartão magnético, como um cartão de crédito, e será atendido, mediante recibo, por qualquer médico cadastrado.

Pagamento — O valor da consulta e o número máximo de atendimentos dos médicos por dia será determinado de acordo com padrões a serem estabelecidos. No fim do mês, o médico entrega os recibos e recebe seu pagamento. O computador detecta a fraude facilmente pelo número do cartão do médico e do paciente. Um modelo do que poderá ser esse programa de computador foi entregue ao presidente junto com o projeto.

“Isso cria a medicina preventiva e desafoga os hospitais. É uma absurdo a União gastar US\$ 600 milhões por mês para um serviço mal prestado”, diz



Miro Teixeira: uma forma aperfeiçoada dos cheques-saúde

Miro. O projeto tem ainda a vantagem de economizar hora de pessoal, equipamento e toda a despesa de manutenção de uma estrutura ambulatorial.

O deputado conta que Itamar se mostrou animado com a proposta e a encaminhou para estudos no Ministério da Saúde. O assessor especial e médico particular de Itamar, Saulo Moreira, telefonou para Miro esta sema-

na para dizer que o presidente já havia cobrado uma resposta do ministério.

Para ser implantado, o projeto não tem que necessariamente passar pelo Congresso. “Com as possibilidades de obstrução do Legislativo, talvez eu nunca aprovasse um projeto desses”, afirma Miro. Por isso, aproveitando-se da boa relação que tem com o presidente, o deputado decidiu “queimar etapas”.